

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - PARA COMUNICAÇÃO - Vejo a preocupação dos deputados Enio Tatto e Wellington Moura, mas o secretário da Fazenda, o Dr. Helcio Tokeshi, colocou-se à disposição para vir aqui dar as satisfações e fazer as colocações que são necessárias.

O que não podemos é deixar de votar nenhum projeto da Casa depois de duas horas e meia de discussão. O secretário ficou das 14 horas e 10 minutos até às 16 horas e 30 minutos, pacientemente, dando explicações e dizendo o que era necessário. Ele tem uma preocupação com as finanças públicas do estado de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Três horas, deputado, pois nós entramos na Ordem do Dia às 17 horas.

Faço aqui uma correção: o nome de Wellington veio aqui e disse que realmente falou em nome da Comissão. Então, faço aqui minha penitência. Vossa Excelência falou em nome da Comissão.

Tem a palavra o nobre deputado Wellington Moura.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - PARA COMUNICAÇÃO - O secretário atendeu a todas as perguntas que foram feitas hoje. Só que foram feitas várias perguntas. Havia vários deputados para falar, deputado Carlão Pignatari. Peço desculpas, mas não concordo com V. Exa. porque vários deputados ficaram para falar, fazer outras perguntas, e não houve tempo suficiente.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Entendo perfeitamente. Ali, não podemos transformar aquilo num palanque eleitoral.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Eu estou com a palavra ainda, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - A palavra está com o deputado Wellington Moura. Eu gostaria que encerrássemos esse tema após a fala do deputado Wellington Moura, até porque ele já é ultrapassado.

Tem a palavra o nobre deputado Wellington Moura.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Deputado Carlão Pignatari, estivemos lá. Havia mais quatro deputados - tanto do PT quanto do PSDB e de outros partidos - para falar. Porém, eles não tiveram tempo para falar. Era uma questão de terem como se expressar para o secretário, fazer suas perguntas, mas não teve tempo suficiente. Entrou na Ordem do Dia, tivemos que cortar o secretário.

Eu achei que isso ficou indelicado, Sr. Presidente. Por isso liguei várias vezes para Vossa Excelência. Mas, não sei o que houve aqui no plenário que acabou entrando na Ordem do Dia.

Nós realmente avisamos.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Estão registradas as ponderações dos deputados Enio Tatto, Wellington Moura e Carlão Pignatari.

Tem a palavra o nobre deputado Campos Machado.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - PARA COMUNICAÇÃO - Eu não vou criticar o Sr. Presidente porque ele manifestou desde o início a sua posição, que era a de que nós tínhamos poucos dias para que pudessemos votar os projetos.

Mas, assaltou-me uma dúvida: se o secretário não prestou todos os esclarecimentos, como é que nós estamos preparados para votar os dois projetos da Fazenda? Eis a questão.

Se ele não prestou todas as informações, eu, como deputado, não estou preparado para votar projetos que dizem respeito à Fazenda. (Manifestação nas galerias.)

Sr. Presidente, era isso.

O SR. TEONILIO BARBA - PT - Sr. Presidente, peça a palavra para falar sobre esse tema.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Deputado Barba, não adianta quereremos polemizar. Eu já abri espaço, todos colocaram suas objeções, todos colocaram suas reflexões, nós temos uma pauta de projetos de deputados, inclusive para fazer o Congresso de Comissões.

Se V. Exa. quiser falar, vai falar, eu não vou cortar a palavra de ninguém. Vou apenas pedir a gentileza de ser bastante breve, para encerrarmos esse tema.

O SR. TEONILIO BARBA - PT - PARA COMUNICAÇÃO - Como membro da Comissão, senti toda a comissão ofendida pela fala do deputado Carlão Pignatari, no sentido de que está sendo feito um palanque eleitoral lá.

O debate não era esse. Isso precisa ser esclarecido, Sr. Presidente. Com todo o respeito.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Mas é que o deputado Wellington já veio aqui e já respondeu, deputado Carlão Pignatari. Já respondeu.

O SR. TEONILIO BARBA - PT - Respondeu uma parte. É preciso deixar claro que lá não era palanque eleitoral. Todo mundo ouviu atentosamente o secretário; um companheiro do deputado Enio Tatto fez algumas perguntas; o deputado Jorge Caruso fez algumas perguntas; o deputado Davi Zaia estava inscrito; eu estava inscrito; o deputado Vinholi estava inscrito antes de mim. Então, lá não tinha um palco eleitoral montado.

Não podemos permitir que se comece a descaracterizar o papel das comissões. Então, não cabe a fala do deputado Carlão.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - O secretário estava aqui para cumprir seu papel constitucional. Está registrado.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, nos termos do Art. 18, inciso III, alínea “d”, combinado com o Art. 68, ambos do Regimento Interno, convoco reunião conjunta das Comissões de Constituição e Justiça e Redação, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Finanças, Orçamento e Planejamento, a realizar-se cinco minutos após o término desta sessão, para apreciar o PL nº 729, de 2016, de autoria do deputado Jorge Caruso.

Convoco, nos mesmos termos, reunião conjunta das Comissões de Constituição, Justiça e Redação, de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana e de Finanças e Orçamento, a realizar-se no mesmo horário, com a finalidade de apreciar o PL 136/17, de autoria do deputado Fernando Cury.

Convoco, nos mesmos termos, reunião conjunta das Comissões de Constituição, Justiça e Redação e de Saúde para apreciar o PL 27/17, de autoria da deputada Maria Lúcia Amary.

Convoco também reunião extraordinária da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento, a realizar-se no mesmo horário, com a finalidade de apreciar o PL 641/16, de autoria do deputado Célio Cardoso.

Convoco reunião conjunta das Comissões de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana e de Finanças e Orçamento a realizar-se no mesmo horário, com a finalidade de apreciar o PL 560/16, de autoria do deputado Carlos Bezerra JR.

Convoco reunião conjunta das Comissões de Constituição, Justiça e Redação e de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, a realizar-se no mesmo horário com a finalidade de apreciar o PL 909/15 de autoria da deputada Marta Costa.

Convoco reunião conjunta das Comissões de Constituição, Justiça e Redação e de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, a realizar-se no mesmo horário, com a finalidade de apreciar o PL 706/12, de autoria do deputado Feliciano Filho.

Convoco reunião conjunta das Comissões de Defesa dos Direitos do Consumidor e de Finanças, Orçamento e Planejamento, a realizar-se no mesmo horário, com a finalidade de apreciar o PL 460/16, de autoria do deputado Ricardo Madalena.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - DEM - Sr. Presidente, quero registrar a presença de três amigos que estão nos visitando nesta tarde: do vice-presidente da Câmara Municipal de Santa Bárbara d’Oeste Felipe Sanches, do vereador Gustavo do Democratras, e do jornalista, amigo meu, o pastor Miguel.

O Felipe, deputado Edmir Chedid, veio me cobrar as emendas de Santa Bárbara d’Oeste e trouxe o Gustavo. Eu falei ‘está chegando’.

Gostaria que V. Exa., Sr. Presidente, desse as boas-vindas a estes companheiros de trabalho, inclusive o Gustavo e o Felipe são da sua região. Fiquem de pé para a saudação.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - A Presidência agradece a presença dos ilustres visitantes e solicita uma salva de palmas. (Palmas.)

O SR. RAUL MARCELO - PSOL - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, hoje pela manhã ocorreu um fato importantíssimo no estado de São Paulo. Pela segunda vez na sua história o Tribunal de Contas do Estado, um órgão que assessora esta Casa, aprovou as contas do governador, mas com uma série de ressalvas. Falar do Tribunal de Contas não é fácil, até porque temos conselheiros que estão sendo investigados aqui em São Paulo e no Rio temos conselheiros presos. O conselheiro Roque Citadini, em declaração à imprensa, disse que julgou com ressalvas porque o governador Geraldo Alckmin infelizmente não está prestando contas das desonerações fiscais que estão sendo dadas no estado de São Paulo. (Manifestação das galerias.) São mais de dez bilhões de reais. Estão aqui os agentes fiscais de renda que são os primeiros a levantarem essa questão no estado. Eles estão lutando pela PEC 5, é verdade, tem o nosso apoio, mas estão lutando também para que o Governo faça um estudo aprofundado e suspenda neste momento as desonerações porque o órgão responsável por julgar as contas está dizendo que virou uma caixa preta no estado de São Paulo as desonerações fiscais. Nós estamos coletando assinaturas para a constituição de uma frente parlamentar, mas quero dizer que já requisitei todos os apartados das contas do governador junto ao Tribunal de Contas, acho inclusive que esta Casa deveria fazer uma CPI porque o governador não presta contas para ninguém em relação às desonerações fiscais, nem para o órgão que constitucionalmente tem obrigação de fiscalizar as contas do governador. Esses apartados não são pouca coisa. Para um conselheiro votar qualquer coisa contra o Governo do Estado não é fácil, porque nós sabemos que os conselheiros são nomeados pelo governador do estado. Está aí o escândalo da linha verde do metrô que o Tribunal de Contas ficou anos e anos prorrogando e aditando o seu contrato de licitação, que agora inclusive é alvo de investigação até da Polícia Federal.

O conselheiro Roque Citadini deu uma declaração importantíssima e esta Casa tem obrigação de analisar as ressalvas que foram feitas pelo Tribunal de Contas, sobretudo na questão importantíssima e grave das desonerações fiscais aqui no estado de São Paulo.

O SR. MARCO VINHOLI - PSDB - PARA COMUNICAÇÃO - Gostaria apenas de dizer sobre a minha admiração pelo deputado Rafael Silva. Eu cresci assistindo a atuação dele, mas quero esclarecer o caso que ele citou sobre a Secretaria de Desenvolvimento Social. Na realidade, eu anunciei como uma indicação parlamentar minha, assim como anuncio na área da Saúde, assim como faço nas mais diversas áreas. Só para esclarecer, às vezes as informações chegam um pouco truncadas e, nesse caso, acredito que foi uma delas. Trata-se de uma indicação parlamentar minha, como faço no Social, como faço na Saúde, como faço nas mais diversas áreas.

O SR. RAFAEL SILVA - PDT - PARA COMUNICAÇÃO - Eu não citei o nome do deputado Marco Vinholi, por quem tenho muito apreço e pelo pai dele também, Geraldo Vinholi. São pessoas que tenho como amigas. Eu recebi um telefonema, sai daqui, fui para o gabinete e fui obrigado a voltar. Uma pessoas falou: “O Floriano Pesaro é homem da inteira confiança do governador, amigo particular do governador, protegido também pelo governador e protegido do governador”. Eu tenho por escrito isso, não estou deduzindo, nem criando fantasia de que inclusive a liberação acontecerá esse ano.

Eu tenho 37 emendas antigas da área da Assistência Social aprovadas que não são pagas. Qualquer quebra na ordem dessas coisas e com aquilo que eu já tenho documentado, com certeza, juízes sérios, desembargadores sérios, entenderão isso como tráfico de influência.

Hoje, é dia 21 de junho de 2017. Vai ficar documentado nos Anais desta Casa o que eu estou dizendo. Sr. Governador, documento eu tenho comprovando e se realmente o Floriano Pesaro, candidato a deputado federal e que já é deputado federal, com o apoio, com a anuência do governador, agir dessa forma, repito: o dinheiro é público. O dinheiro não é particular. E se fosse particular também, seria ilegal. Mas não é particular, é público. E sendo público tem um agravante, Sr. Presidente. Eu quero que cada colega aqui entenda que não é minha defesa. É defesa desta Casa. É defesa do deputado. Outra coisa: os agentes fiscais estão aqui, são grandes responsáveis pela arrecadação e merecem o nosso respeito. Inclusive, com respeito a esse aspecto da desoneração. (Manifestação nas galerias.)

Era apenas isso, Sr. Presidente.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - Solicito a prorrogação dos nossos trabalhos por um minuto.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovada.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, solicito o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, esta Presidência vai levantar a sessão. Antes, porém, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, informando que a Ordem do Dia será a mesma da sessão de hoje, lembrando-os, ainda, da sessão extraordinária a realizar-se hoje, às 19 horas, com a finalidade de apreciar o Projeto de lei nº 253/2017, e do congresso de comissões, a ser realizado daqui a cinco minutos, no Salão Nobre.

Está levantada a sessão.

- Levanta-se a sessão às 17 horas e 44 minutos.

21 DE JUNHO DE 2017 27ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Presidentes: CAUÊ MACRIS, MILTON VIEIRA e MARIA LÚCIA AMARY
Secretários: MILTON VIEIRA, CELSO NASCIMENTO, RITA PASSOS, DAVI ZAIA, GILMAR GIMENES, CÁSSIO NAVARRO, CARLÃO PIGNATARI, ED THOMAS, CEZINHA DE MADUREIRA, FERNANDO CURY, MARIA LÚCIA AMARY e MARCO VINHOLI

RESUMO

ORDEM DO DIA

1 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS Abre a sessão. Coloca em discussão o PL 253/17.
2 - CAMPOS MACHADO Discute o PL 253/17.
3 - WELLINGTON MOURA Solicita verificação de presença.
4 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS Defere o pedido. Determina que seja feita a chamada de verificação de presença, que interrompe quando constatado quórum.

5 - ALENCAR SANTANA BRAGA

Para comunicação, informa o lançamento da Frente Parlamentar contra o Desmonte e a Destruição da Previdência Pública e em Defesa dos Direitos da Classe Trabalhadora. Destaca a importância de discutir o tema.

6 - CARLOS NEDER

Discute o PL 253/17.

7 - MILTON VIEIRA

Assume a Presidência.

8 - ALENCAR SANTANA BRAGA

Requer verificação de presença.

9 - PRESIDENTE MILTON VIEIRA

Defere o pedido. Determina que seja feita a chamada de verificação de presença, que interrompe ao ser observado quórum.

10 - JORGE CARUSO

Discute o PL 253/17 (aparteado pelo deputado Barros Munhoz).

11 - ALENCAR SANTANA BRAGA

Solicita uma verificação de presença.

12 - PRESIDENTE MILTON VIEIRA

Defere o pedido. Determina que seja feita a chamada de verificação de presença, que interrompe ao se constatar quórum.

13 - JOSÉ AMÉRICO

Discute o PL 253/17 (aparteado pelos deputados Carlão Pignatari, Campos Machado e Rafael Silva).

14 - MARIA LÚCIA AMARY

Assume a Presidência.

15 - RAFAEL SILVA

Para comunicação, argumenta que o condicionamento da liberação de emendas parlamentares à votação favorável a projetos do Executivo é corrupção. Menciona caso do gênero, em Ribeirão Preto.

16 - ALENCAR SANTANA BRAGA

Solicita verificação de presença.

17 - PRESIDENTE MARIA LÚCIA AMARY

Defere o pedido. Determina que seja feita a chamada de verificação de presença, que interrompe quando observado quórum.

18 - CAMPOS MACHADO

Discute o PL 253/17 (aparteado pelo deputado Barros Munhoz).

19 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Assume a Presidência.

20 - ALENCAR SANTANA BRAGA

Para comunicação, rebate declaração do deputado Barros Munhoz acerca do período em que Fernando Haddad ocupou a prefeitura da Capital.

21 - JORGE CARUSO

Para comunicação, alega que a Secretaria da Fazenda não apresenta informações sobre os benefícios fiscais concedidos a diversas empresas.

22 - ENIO TATTO

Discute o PL 253/17 (aparteado pelo deputado José Américo).

23 - JORGE CARUSO

Solicita verificação de presença.

24 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Defere o pedido. Determina que seja feita a chamada de verificação de presença, que interrompe quando observado quórum. Convoca uma sessão extraordinária, a ter início dez minutos após o término da presente sessão.

25 - ALENCAR SANTANA BRAGA

Solicita verificação de presença.

26 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Defere o pedido. Determina que seja feita a chamada de verificação de presença, que interrompe quando constatado quórum.

27 - CAMPOS MACHADO

Discute o PL 253/17.

28 - BARROS MUNHOZ

Para comunicação, dá conhecimento de acordo, entre as lideranças, para que se dê por discutido o PL 253/17 por mais uma hora e dez minutos além do tempo já transcorrido, totalizando quatro horas e meia de discussão.
29 - ENIO TATTO Para comunicação, tece considerações sobre estudo, solicitado pela Presidência, a respeito do impacto financeiro da PEC 5/16.
30 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS Desconvoca a segunda sessão extraordinária prevista para hoje. Encerra a sessão.

- Abre a sessão o Sr. Cauê Macris.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos da XIV Consolidação do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

- Passa-se à

ORDEM DO DIA

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, discussão do Projeto de lei nº 253, de 2017. Inscrito para falar contra, tem a palavra o nobre deputado José Américo. (Ausente.) Tem a palavra o nobre deputado Jorge Caruso. (Ausente.) Tem a palavra o nobre deputado Fernando Capez. (Ausente.) Tem a palavra o nobre deputado Carlão Pignatari. (Ausente.) Tem a palavra o nobre deputado Wellington Moura.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Sr. Presidente, cedo o meu tempo para o nobre deputado Campos Machado.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Tem a palavra, por cessão de tempo do nobre deputado Wellington Moura, o nobre deputado Campos Machado.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Sr. Presidente, pelo fato de ter cedido o meu tempo ao nobre deputado Campos Machado e de não constatar número regimental de Srs. Deputados em plenário, solicito uma verificação de presença.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - O pedido de V. Exa. é regimental. Convido os nobres deputados Milton Vieira e Celso Nascimento para auxiliarem a Presidência na verificação de presença ora requerida.

- É iniciada a chamada.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, a Presidência constata número regimental de Srs. Deputados e Sras. Deputadas em plenário, pelo que dá por interrompido o processo de verificação de presença e agradece a colaboração dos nobres deputados Milton Vieira e Celso do Nascimento.

Tem a palavra o nobre deputado Campos Machado.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - Sr. presidente, nobre deputado Cauê Macris. Foi com muita surpresa que ouvi hoje a fala de um grande deputado desta Casa, meu amigo Carlão Pignatari. Tenho um grande respeito por ele. É leal aos seus amigos e em nenhum momento deixou de prestar solidariedade ao meu irmão Roque Barbieri, que vive momentos de angústia e tristeza.

O deputado Carlão Pignatari, ao falar hoje sobre a vinda do secretário da Fazenda a esta Casa, disse que as explicações por ele dadas eram suficientes para sanar as dúvidas que pudessem existir entre os parlamentares. Não, não foi suficiente, a tal ponto que deputados que pertencem à Comissão de Finanças acertaram com o senhor secretário da Fazenda para voltar na semana que vem para prestar esclarecimentos. Mas ele não voltou ainda! A semana que vem é depois do dia 26 - hoje é dia 21.

Se faltam essas questões a serem esclarecidas, como podemos tomar uma posição em favor do projeto ou não? O Projeto 253 não é esse lago maravilhoso que se diz, não é esse pôr do sol em que a gente vê o vermelho anunciando a chegada da lua. Não é não.

A quem compete ou vai competir defender o Estado em relação aos contribuintes? Como, por exemplo, entregar ao TIT, Tribunal de Impostos e Taxas, toda força para decidir questões relativas a contribuintes e à Fazenda.

Como podemos imaginar que o contribuinte possa apresentar os seus recursos após a decisão do TIT ao Judiciário, e a Fazenda não possa? Então quer dizer que apenas os maus contribuintes, ou os contribuintes que se sintam prejudicados, que foram perseguidos, podem fazer recurso judiciário?

A Fazenda não pode bater na porta do Judiciário. Isso é um equívoco. Estou apenas iniciando esse primeiro assunto desse projeto.

Veio o secretário a esta Casa. Disse que ele foi inquirido por deputados, deputado Wellington Moura, deputado Jorge Caruso e outros parlamentares, mas faltou muita coisa ainda.

Dizem alguns que talvez os deputados que compõem, por exemplo, o BlocoJ, já estão satisfeitos, mas eu não estou. Aqui se trabalha com a consciência, com aquilo que nós achamos que é correto. Eu acho que não estou em condições de votar esse Projeto nº 253 hoje.

Agora, é preciso indagar. O deputado Campos Machado não está em condições de votar e será obrigado a votar? Isso é outra questão. Não. Eu vou discutir este projeto, tanto quanto puder.

Verifico a chegada de novos membros da bancada do PT, que seguramente irão se inscrever, para não deixar sozinho um deputado que é aliado do governador Geraldo Alckmin, mas não pertence à base nenhuma.

Não sou soldado para pertencer a uma base. Que base? Base da Marinha, do Exército, da Aeronáutica? “Mas você tem um irmão brigadeiro”. Meu irmão é brigadeiro, mas eu não sou obrigado a seguir os ditames da Aeronáutica.

Por isso, ouvi dizer que há rumores sobre acordos. Há rumores na Casa de que para se fazer determinados acordos se coloca a mãe como objeto de troca. Nós não vamos concordar. Nós estamos defendendo.

Eu vou reiterar uma vez mais, amiga Clélia Gomes. Primeiro, eu quero me referir, com carinho e com respeito, a seu presidente, meu amigo.

A mesma coisa em direção à nobre deputada Marta Costa. Vossa Excelência não sabia, mas ela foi eleita vereadora pelo PTB, por indicação do irmão dela, que é meu amigo, meu irmão, Paulo Freire, que, por sinal, é filho de uma das maiores lideranças religiosas do País, pastor José Wellington.

Se me permite, nobre deputada Marta Costa, quero dizer que em uma manhã histórica, lá no Ginásio do Ibirapuera, seu pai chegou de Londres, de madrugada, e foi se filiar ao PTB, com mais mil pastores.

Nunca mais ele saiu do partido. Estou falando da maior liderança religiosa do País. Sempre respeitado, sempre um exemplo de vida. Por que o pastor José Wellington teria tomado essa posição? Ele me disse, certa feita: “Eu nunca me filiei a partido nenhum. Se me filiei a um, não vou sair jamais”. Quero cumprimentá-la por seu pai, deputada Marta Costa. Vossa Excelência sabe que não estou falando isso porque estou na tribuna, pois é muito mais grave falar daqui. Eu poderia falar isso só para V. Exa., mas, publicamente, quero dizer que tenho muito respeito por seu pai. É uma das melhores figuras humanas que já conheci em minha vida, pela palavra. Veja quem já foi aquela igreja: Geraldo Alckmin, José Serra, Lula, Aloysio, o mundo. E ele nunca trocou o único partido em que entrou, por convicção e por palavra dada.

Ao mesmo tempo, já que estou nessa linha, quero referir-me ao bispo Edir Macedo. Deputado Milton Vieira, deputado Wellington Moura, saibam que me considero um dos maiores amigos do bispo Edir Macedo. Tive a oportunidade de conhecê-lo como advogado, mas aprendi a admirá-lo por ser um plantador de sonhos. Perseguiu os seus sonhos com obstinação, com dedicação. Acuado, perseguido, magoado, injuriado, injustiçado, ele venceu, pois acredita piamente que está na Terra como emissário de Deus.

Deixando essa questão de lado, vou ter que falar, dia desses, do R. R. Soares, pai de nosso deputado. Estou acertando com ele uma visita à igreja. É uma liderança grande, efetiva.

Mas quero dizer agora por que motivo estamos defendendo a PEC nº 5. Por quê? Será que quero destruir o estado, que sou irresponsável? Os 20 partidos e os 20 líderes não podem ser irresponsáveis. Menciono aqui o deputado Delegado Olim. Ele é irresponsável? Não, conheço-o há anos. Achem alguns que o deputado Olim iria querer arruinar as finanças do estado? Achem que o deputado Ricardo Madalena, o melhor diretor do DNIT que este país já conheceu, meu antigo, velho e querido amigo, iria querer minar as finanças do estado? O deputado Wellington Moura seria irresponsável? O deputado Alencar Santana também é irresponsável? Não. Só pensamos bem nas razões que fundamentaram e fundamentam esta PEC.

Evidentemente, alguns que conheço, pouquíssimos, três ou quatro, são contra a aprovação da PEC. São três ou quatro, não cabem em uma mão os deputados que são contra. É aquela história do batalhão, deputado Coronel Telhada. Noventa e nove marcham de uma maneira e um marcha ao contrário. Será que essa é a pessoa que está com o passo certo?

O que é a PEC nº 5? Não é o “tetão”, é um subteto. Ela é vinculada ao salário do governador. O Dr. Geraldo Alckmin, por razões íntimas, não aumentou o seu salário. Conheço profundamente o caráter de Geraldo Alckmin. É um homem franciscano, simples, humilde. Diz um deputado tucano: “Cada vez que o deputado Campos defende o governador Geraldo Alckmin, ele ganha dois ou três cargos”. Eles se esquecem de que, nos momentos difíceis, eu não os vi lá. Eu só os encontrei quando o Sr. Geraldo virou governador. Ai choveram alckmistas, chuvas de verão. Agora que faltam talvez 10 meses para ele sair candidato - se Deus quiser, para a presidência, com apoio total e irrestrito do PTB estadual e nacional -, algumas aves já começam a alçar voos. Nós não.

É por isso que achamos que é injusto vincular o salário de uma categoria ao salário do governador. Ele não aumenta, e a categoria é quem sofre. Um deputado me disse hoje: “Eu não estou muito firme não”. “Não está firme onde?”, perguntei. “Essas coisas são complicadas, não sei se vou votar...”. “São complicadas onde, não vai votar o quê?”, eu quis saber. “Aquele projeto... Deixa pra depois.”

É lógico que eu entendi, deputado José Zico Prado. Vozes misteriosas vindas do além. Nos próprios templos que a deputada Clélia Gomes representa com muita dedicação e amor, evocam-se as pessoas que já partiram, mas ainda fazem parte das nossas vidas. Há que se conversar com alguém acima, para indagar o porquê de sua mudança.